Causa do Povo

PUBLICAÇÃO DA UNIÃO POPULAR ANARQUISTA - UNIPA - N° 33 - JUNHO DE 2007

unipa.cjb.net / unipa_net@yahoo.com.br

R$ 0,50

Unificar as Lutas, preparar a Greve Geral!

As Tarefas do Movimento sindical-popular diante do PAC e das reformas neoliberais

O ano de 2007 tem colocado questões decisivas aos sindicatos, organizações populares e trabalhadores em geral. O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal se apresenta como a sistematização de políticas neoliberais para liberar a acumulação de capital. Ele atinge diretamente os trabalhadores do setor privado e do setor público.

Além do PAC, a proposta de "regulamentação do direito de greve" no serviço público marca uma ofensiva contra os direitos políticos dos trabalhadores. É uma clara medida preventiva que visa amordaçar os sindicatos e colocar na ilegalidade os movimentos grevistas. Foi retomada à reforma da previdência e o Governo Lula pretende elevar a idade mínima da aposentadoria.

A conjuntura nacional em 2007 é marcada assim por uma nova ofensiva neoliberal, que combina medidas de reestruturação produtiva e reformas do Estado, por meio do PAC e do Super Simples. Mas se esses ataques representam uma séria ameaça aos direitos e interesses dos trabalhadores, podemos dizer que eles fornecem uma importante condição objetiva para a resistência sindical-popular.

É um ataque simultâneo contra os trabalhadores do campo e da cidade, do setor público (PL 01) e privado (lei de reajuste do salário mínimo); contra ativos e aposentados, homens e mulheres (pela proposta de reforma da previdência). Várias categorias profissionais estarão sendo empurradas pelas necessidades especificas a processos de luta. Várias lutas já estão em curso: a greve dos servidores do Ministério do Meio Ambiente e da Cultura. Nesse sentido, coloca-se então o problema político e estratégico: como conduzir as lutas?

A grande questão é que nos últimos anos as greves e demais lutas reivindicativas, sejam do setor público, sejam do setor privado, têm tido um caráter exclusivamente defensivo. Ou seja, se restringem à luta pela defesa de direitos ou acordos coletivos. E esse teor defensivo é resultado da correlação de forças desfavorável. E a correlação desfavorável de forças é fruto do que? Essa é a grande questão do movimento sindical e popular.

A correlação de forças desfavorável é fruto dos processos de reestruturação produtiva e crise objetiva do sindicalismo, mas também da concepção e direcionamento político hegemônico. A direção reformista e pelega do movimento sindical, associada à crise, na relação **trabalhador-sindicato e sindicato-classe, t**êm produzido sucessivas derrotas**.** A concepção sindical pelega e corporativista imposta pelos reformistas, rebaixa os métodos de luta e organização; rebaixa também as pautas de reivindicação e bandeiras de luta; transige com o patronato e os Governos.

Mas os níveis dos ataques contra a classe trabalhadora hoje, representados pelo PAC, exigem mais do que nunca uma ruptura com a concepção corporativista de organização e luta, seus métodos e estratégias de ação. Nesse sentido temos de colocar: a ruptura com o corporativismo e o peleguismo exige a ruptura com a CUT. Mas a ruptura com a CUT exige a ruptura com o modelo de organização da CUT, da Força Sindical e outras centrais sindicais pelegas e seus limitados métodos de luta. E essa ruptura de organização visa alcançar o outro patamar de luta, que é exatamente a realização ***da greve geral***.

A discussão sobre a necessidade de realização de uma greve geral, seu caráter e significado, é fundamental. A greve geral não deve ser tratada de maneira ultimatista, como se surgisse por decreto de uma força hegemônica ou dirigente. Nem também, transformada num mito, num acontecimento distante e irrealizável. A greve geral é um processo de luta que está relacionada às lutas especificas de cada categoria. E por isso a forma de condução das lutas, sua estratégia e métodos de ação podem acumular ou não para uma greve geral.

A greve geral é necessariamente, pelos seus efeitos, uma greve política. Ela leva a uma paralisação das principais atividades de produção e circulação de mercadorias, e por isso compromete a acumulação de capital. Nesse sentido, ela acende a clivagem de classe, e é tratada como questão de polícia pelo Estado-Nacional. Por isso, é impossível realizar uma greve geral nos quadros da concepção economicista do corporativismo.

Cabe então aos setores classistas e combativos do sindicalismo e organizações populares, construírem as condições políticas para a realização de uma greve geral, única capaz de realizar uma oposição eficaz ao PAC e as reformas neoliberais, uma vez que as condições econômicas estão mais que dadas. Mas para realizar uma greve geral é preciso ter em primeiro lugar uma organização de massas disposta

ao enfrentamento real com a patronal e os governos (especialmente o Governo Lula).

Alem disso, é preciso superar as "greves por empresa" e realizar uma organização inter-sindical, quer dizer coordenar os sindicatos por ramos e realizar lutas e greves unificadas no âmbitos dos ramos de produção e serviços. Essas lutas devem servir como ensaios para a greve geral. Ao mesmo tempo, as bandeiras econômicas setoriais não devem ser substituídas por palavras de ordem genéricas. As lutas econômicas devem ser conectadas às lutas políticas, como forma de cimentar a solidariedade de classe e organização classista.

Por isso, no quadro do movimento sindical-popular de hoje, é preciso promover uma profunda ruptura de organização e concepção de luta com a CUT e todo o sindicalismo pelego (Força Sindical, CGT e etc). A CONLUTAS, para cumprir sua tarefa delineada pelo CONAT, de realizar a resistência às reformas neoliberais, deve exatamente materializar a contradição na luta sindical não somente entre organizações sindicais, mas entre concepções de luta e organização. Por isso é preciso romper com as alianças e a política "**frentista"** com a corrente cutista "Intersindical" e com a "CUT" que estão sendo implementadas pelo setor hegemônico da CONLUTAS, o PSTU. Essas alianças não promovem a ruptura de organização e estratégia capaz de acumular para a formação de uma oposição sindical-popular de massas de nível nacional e criar as condições para uma greve geral. Afirmamos que essas condições não surgem fatalmente em um futuro indefinido, mas derivam das estratégias e ações realizadas nas lutas setoriais de hoje. Na prática, a política "frentista" do PSTU tem implicado no "reboquismo" em relação a CUT e o governismo, como ficou demonstrado nos atos do dia 23/05 a nível nacional.

Para construir as condições de uma greve geral, nos setores públicos e privados, é preciso então atuar com uma plataforma: greves por setores ou ramos, e não greves isoladas de categorias; política acúmulo de forças para a realização de uma greve geral no próximo período (segundo semestre 2007/2008); coordenar as ações diferentes setores; promover a ruptura com a política corporativista e as pautas rebaixadas, que a CUT e seus apêndices como a Intersindical colocam. A eclosão das lutas no serviço público (federal, estadual e municipal) e setores privados (bancários, metroviários e metalúrgicos) são apenas o início de um processo que deve ter uma orientação política e estratégica clara.

Nesse sentido, é preciso combater o governismo da CUT no movimento sindical e a concepção de luta que lhe serve de base; combater também o "frentismo" do PSTU e o centrismo da corrente cutista Intersindical; trabalhar pela unificação das lutas setoriais e pela organização inter-sindical, combatendo as greves isoladas e por empresas; reativar, fortalecer ou construir coordenações inter-sindicais que serão o embrião de um **comando geral de defesa dos trabalhadores,** que deve preparar a luta e oposição nacional de massas, organizado pela base e serve de contraponto a uma "frente com setores governistas e centristas".

Sem uma política de ruptura desse nível, todos os esforços realizados ou serão uma farsa oportunista, ou então uma estratégia equivocada de luta que não conduzirá a vitória. Por isso convocamos os ativistas sindicais e populares a trabalharem por uma tal plataforma de luta.

Por um sindicalismo classista e combativo!
Construir a Greve Geral de Luta!

Invasão do Complexo do Alemão: Interesse da Burguesia na manutenção da ordem!

Dois policiais mortos no bairro de Oswaldo Cruz no dia 1º de maio serviram de justificativa para mais uma ação arbitraria da polícia militar do governo do estado do Rio de Janeiro: a invasão do Complexo de Favelas do Alemão e a imposição de um verdadeiro estado de sítio aos seus moradores. Não é a primeira vez que os caprichos da polícia mercenária do estado acabam em agressão ao povo: em março 2005, nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, baixada Fluminense, 30 pessoas também foram assassinadas sumariamente por policiais do estado que desejaram "manifestar-se" contra as mudanças internas nas suas redes de corrupção.

Em nosso comunicado de número 07, de abril de 2005, analisamos o papel histórico das forças repressivas na sociedade brasileira e listamos uma série de massacres contra o povo trabalhador cometidos pelas policias militares de todo o Brasil, como em Vigário Geral, Corumbiára, Carandiru, Eldorado dos Carajás e outros, e contabilizou o número de vítimas em mais de 1000 vidas.

Este número continua aumentando e é importante que se lembre que, ao contrário do que o discurso oficial quer fazer parecer, tanto o que acontece hoje no Complexo do Alemão quanto estes outros massacres têm uma mesma raiz: o ódio da polícia à classe trabalhadora, sempre no sentido de garantir as formas concretas de dominação como a manutenção da propriedade privada e o impedimento da organização popular.

A suspeita de que seus algozes sejam do Complexo do Alemão faz com que a polícia envolva os moradores dessa região em sua cruzada sanguinária particular desde o dia 2 de maio. Descontadas as vítimas do Complexo do Alemão, o número de mortos subiu de 142, no começo do ano passado, para 187 no começo desse ano só na capital do Rio de Janeiro; na Baixada subiu de 53 para 84 e em Niterói, de 17 para 32. Fica claro que esta invasão está de acordo com a política da Secretaria de Segurança, que quer uma polícia "mais ativa e menos reativa", nas palavras do secretário de segurança José Mariano Beltrame.

A política de segurança do governo de Sérgio Cabral, continuando e aprofundando a repressão sistemática à classe proletária em que se baseava o governo Garotinho/Rosinha, faz bom uso dessa disposição histórica da polícia

militar em massacrar o povo oprimido para por em prática o que seu grupo político quer que seja o modelo de segurança para todo o Brasil.

E nessa intenção recebe o apoio do governo de Lula e do PT, traçando também um panorama do que será a política de segurança para os jogos Pan-Americanos: estado de sítio em favelas, perseguição de sindicatos e movimentos populares, violência contra a classe trabalhadora, tudo em nome da ordem burguesa.

Só a região administrativa do Complexo do Alemão tem 65 mil moradores nas contas da prefeitura e é formado por 13 comunidades. A área tem os menores índices socioeconômicos do município: a estimativa de vida é de 64 anos contra 83 da média da zona sul e a mortalidade infantil é de 56 por mil nascidos vivos, cinco vezes maior que na mesma zona sul.

O morador do Complexo conta com a média de escolaridade de 4,2 anos contra 10 anos do morador de Copacabana. Há apenas três escolas públicas municipais na região e a renda média é de meio salário mínimo, sendo que a dos 20% mais pobres é de R$ 28,00 por mês (menos de R$ 1,00 por dia), segundo dados da própria prefeitura.

Como se não bastassem todas essas formas de opressão, conseqüências da superexploração capitalista de que são vítimas, essas pessoas são forçadas a sobreviver esquivando-se das balas que sobram do conflito entre os donos do poder local: criminosos não oficiais (traficantes), oficiais (policiais) e para-oficiais (grupos de extermínio), que servem e sustentam militarmente à ordem burguesa oprimindo cotidianamente a classe trabalhadora enquanto se apropriam do dinheiro gerado por atos criminosos que, mesmo fora da legalidade oficial do estado, garantem a existência material e a eficácia dessa política de opressão no dia a dia.

Ocupação no Alemão: trabalhadores no meio da guerra

Nos primeiros 23 dias de invasão policial nos locais de moradia da população pobre do Complexo do Alemão, já se contavam 52 baleados e 16 mortos por tiros e praticamente todos eram trabalhadores. Segundo líderes comunitários da região, os PMs que participam da invasão de suas comunidades cometem uma série de arbitrariedades: agridem fisicamente os moradores, utilizam o alto-falante do “caveirão” (carro blindado) para espalhar mensagens de pânico e usam spray de pimenta contra a população.

A própria mídia corporativa não se constrange de mostrar cenas dos invasores ameaçando o povo com gritos de “sai da frente” saídos de dentro do seu caveirão. Os moradores relatam a experiência como “um inferno” e a cara de pau do governador Cabral afirmando que “a população agradece” a invasão da polícia nos deixa ainda mais indignados com a falta de caráter de políticos que se valem de mentiras e cinismo sem nenhum remorso ou sensibilidade com a dor das famílias que são massacradas em seus próprios lares pelo que parece ser mero capricho revanchista de policiais sem escrúpulos.

Tanto naquelas situações dos massacres históricos de nossa classe já analisados por nós quanto nessa nova ofensiva da repressão burguesa, a única alternativa que está colocada para a classe trabalhadora é a organização para a autodefesa. Somente a autodefesa, o papel ativo da classe trabalhadora na garantia de seu direito à vida e de seus direitos políticos, poderá tirá-la da condição de refém de criminosos, uniformizados ou não, em que se encontra hoje.

Contra o Estado e o Capital!
Classe Trabalhadora, defenda-se!

Construir a união de estudantes e trabalhadores revolucionários!

Derrotar o governismo e o para-governismo

O movimento estudantil encontra-se desmobilizado e burocratizado, isso muito se deve a presença da militância **governista** (PC do B/ PT), do **para-governismo** do P-SOL (nas suas diversas correntes) e o **oportunismo** do PSTU, que atuam com práticas do movimento cupulista , do parlamentarismo estudantil, onde os acordos visando conquista de cargos nas disputas de eleições de entidades vale mais que a construção do movimento pela base e combativo. Isso fica claro quando estes grupos consideram mais importante o aliciamento dos estudantes para participar de seus partidos, uma vez que a luta política é encarada como a luta do partido, deixando de lado o trabalho de base para a ação direta, além de utilizar muitas vezes os estudantes como “boiada” para eleições e outras atividades especificas. Com isso não trazem os estudantes para as lutas reivindicativas, mas pelo contrario perpetuam práticas que levam a dependência de “representantes que façam por você”, de “vanguardas iluminadas” e assim preparam uma militância de práticas burguesas.

O governismo e o para-governismo estudantis insistem em exaltar a UNE, como representação máxima. A UNE hoje representa a postura governista e pelega entre os estudantes, uma vez que suas práticas políticas tem como características o aparelhamento de entidades e a construção de um movimento

hierárquico determinado pelos interesses da corrente e do partido. A principal intenção dessa proposta de movimento pelego é disputar entidades estudantis, principalmente DCE´s por todo o país, engessando o movimento e construindo alianças com o governo, direções das universidades e romper definitivamente com uma política de aliança com trabalhadores do campo e da cidade.

Não podemos esperar mais um ano sequer pela UNE, ela não representa os estudantes, logo o rompimento e combate a essa entidade vendida e colaboracionista é mais do que necessário. Não temos que participar de farsas como o CONUNE (congresso da UNE) que são feitos para desmobilizar a luta popular.

É preciso organizar o movimento estudantil pela base , acabando com a política de cúpula. Colocar o estudante como protagonista das lutas e não do partido ou corrente. Mas para construirmos o **movimento estudantil combativo** é necessário uma organização diferente: *que não priorize as direções de entidades, mas sim a participação efetiva dos estudantes através de* ***gestões coletivas populare****s nos grêmios, DA´s e DCE´s , onde será combinada a centralização na ação, com autonomia de discussões, priorizando as assembléias e não as articulações das direções de correntes estudantis*. Além de ser de extrema importância a aproximação dos estudantes com os trabalhadores, afinal a luta contra o capitalismo será fortalecida através da articulação de uma forte frente dos oprimidos, que se paute na ação direta e na democracia direta, para isso devemos nos organizar como desempregados, trabalhadores do campo ou cidade e estudantes unidos pela causa do povo, discutindo nossas pautas específicas, mas estarmos sempre articulados para construir manifestações combativas e que sejam realmente uma arma contra governos e patrões. Por entender que a **CONLUTAS** é uma alternativa para a classe trabalhadora, esta deve ser aglutinadora de forças para os estudantes também. Devemos formar as oposições estudantis contra a UNE e os reformistas, articulando a aliança com o conjunto da classe trabalhadora.

Para isso façamos*: 1) organização de baixo para cima com decisões e direções coletivas, com autonomia local e funções diretivas das instâncias centrais com equilíbrio de poder; 2) mandatos imperativos, os dirigentes delegados e demais representantes são eleitos para cumprir deliberações de base-coletiva- e não em seu nome; 3) revogabilidade dos mandatos, os dirigentes e demais representações devem ficar sob permanente controle e fiscalização dos trabalhadores (estudantes), para evitar a burocratização do movimento.*

Assim acabaremos com o **"parlamentarismo estudantil"** para construir a experiência de **organização coletiva popular** que propicia a participação de todos e não mais fica presa à articulação de correntes estudantis, nem a falsidade de direções colegiadas.

Abaixo a UNE, inimiga dos estudantes!
Pela organização estudantil na CONLUTAS!

Nota do pró-Núcleo DF

Em meio ao turbilhão de confusão que encampa a luta de classes no Brasil o pró-núcleo UNIPA do Distrito Federal surge da afirmação de que o Bakuninismo é o pensamento guia para luta proletária emancipadora e socialista. A consolidação de tal núcleo não surge da mera abstração ou sublimação estéril mas de um processo de amadurecimento concreto em lutas objetivas no seio do proletariado. É fato de inegável verdade que a esquerda no Brasil se encontra paralisada entre o reformismo deformador, se caracterizando em práticas abertamente contra-revolucionárias, e o oportunismo à esquerda e à direita. As Reformas de tom neoliberal instrumentalizadas pela chapa governista PT/ PCdoB são sintomas evidentes neste processo materializadas também nas entidades que outrora estiveram presentes em lutas da classe trabalhadora tal como a CUT , a UNE etc.

Se algo pode ser dito sobre o processo de construção deste amadurecimento foi o contínuo processo de ruptura com este governismo reacionário, sendo ele em sua acepção mais aberta ou envergonhada. Talvez, seja possivelmente por isso que a perspectiva de construção da UNPA se descortine como possibilidade concreta para a luta anarquista. Onde está e para onde vai o anarquismo no Brasil? De modo sucinto pode-se responder que boa parte dele se orienta por uma sublimação estéril do primário debate da necessidade da organização sem, no entanto, levar em conta a importância da sistematização séria do pensamento guia para a mesma.

Encontramos, no percalço tortuoso de nossas lutas objetivas, a resposta por este anseio na sistematização proposta pela UNIPA que tem se revelado o mais sério e que mais avança nestes termos no Brasil. Por isso reafirmamos a convocação expressa no documento *"Construção do Partido Revolucionário Anarquista - Chamado aos militantes revolucionários para a construção nacional da UNIPA"* da necessidade da consolidação da UNIPA nacionalmente como embrião do futuro partido revolucionário. E reafirmamos também que em tempo de grande capitulação em que o consenso pré-fabricado é pedra de toque para os melindres para-govenistas lutaremos por nosso princípio político da democracia operária congruente com a filosofia política bakuninista.

Avante UNIPA! Ousar Lutar, Ousar Vencer!
Rumo ao Poder Popular e nenhum passo Atrás!
Bakunin Vive!

pro_unipa_df@yahoo.com.br

Todo o poder para o povo!